

A FALÁCIA DA DEMOCRACIA: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DE DAVIS, COLLINS E FEDERICI

THE FALLACY OF DEMOCRACY: A DISCUSSION FROM DAVIS, COLLINS AND FEDERICI

Silas Tibério Pereira Linhares¹
<https://orcid.org/0009-0009-0107-5964>



DAVIS, Angela; COLLINS, Patricia Hill; FEDERICI, Sílvia. **Democracia para quem?** Ensaio de Resistência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

O livro *Democracia para quem? Ensaio sobre resistência* (2023), lançado pela Boitempo, surge como resposta à ascensão da extrema direita em várias partes do mundo, também na América Latina, incluindo o governo de Jair Bolsonaro no Brasil (e, depois da publicação da obra, o de Javier Milei, na Argentina). Originado do seminário “Democracia em Colapso?” realizado pela Boitempo e pelo Sesc São Paulo em 2019, o livro compila palestras de Angela Davis, Patricia Hills Collins e Sílvia Federici. Essas autoras, reconhecidas no feminismo, especialmente por discutirem a experiência da mulher negra, trabalhadora e da periferia, oferecem reflexões profundas sobre resistência e justiça social.

Antes de prosseguirmos, é importante conhecermos um pouco sobre cada autora, suas obras e breve biografia de cada uma. Para iniciar, consideramos a intelectual Angela Davis, filósofa, ativista e escritora feminista estadunidense, reconhecida por sua atuação contra a discriminação racial, a injustiça prisional e a violência. É autora de *Mulheres, raça e classe* (2016), explorando as intersecções entre feminismo, racismo e classe social. Patricia Hill Collins é uma renomada socióloga, também estadunidense, destacada por suas contribuições teóricas nos estudos de gênero, raça e classe social. Autora de obras influentes como *Pensamento Feminista Negro* (2019),

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Pós-graduado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (UNICORP). Bacharel em Psicologia pela Universidade Santa Maria (UNISM). E-mail: silas.tiberio@hotmail.com



por exemplo, Collins desenvolveu o conceito de ‘matriz de dominação’, descrevendo como diversas formas de opressão se interligam. Silvia Federici é escritora, professora e ativista italiana, uma das principais figuras do feminismo materialista e do ecofeminismo. Conhecida por suas análises críticas do capitalismo e do patriarcado, especialmente em relação ao trabalho reprodutivo não remunerado, sua obra *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2023) é amplamente apreciada por sua análise sobre a perseguição às mulheres como parte da história do capitalismo e do colonialismo.

Ao examinar as perspectivas de Federici em conjunto com as de Angela Davis e Patricia Hill Collins, observa-se um fio condutor comum nas críticas às estruturas de opressão. O livro “Democracia para quem?” compila as discussões das autoras mencionadas, nas quais problematizam a falácia da democracia ao considerar os sujeitos subalternos, atravessados pelas opressões, sujeitos estes que têm cor, classe e gênero específicos. Para esses sujeitos, a democracia está no âmbito da utopia. Assim, as autoras retratam uma democracia exclusiva de um povo branco, de classe média/alta, predominantemente homens. O contexto político retratado no prefácio da obra remete exatamente a essa democracia seletiva, ao relembrar a morte de pessoas consideradas “sem importância” social.

Os capítulos estão organizados em três partes, antecidos por um prefácio. O primeiro explora as falas de Angela Davis no seminário. O capítulo seguinte discute a participação de Collins no evento. O último capítulo refere-se às colaborações de Silvia Federici na cerimônia.

Davis inicia sua fala destacando a esperança depositada no Brasil como um contexto promissor para a efetivação da justiça econômica, apesar de reconhecer as limitações da democracia racial no país. Ela ainda considera a possibilidade do país demonstrar ao mundo o início de um processo em direção à igualdade racial e de gênero, mencionando, por exemplo, o crescente protagonismo de movimentos sociais e de políticas públicas voltadas para esses temas. A autora também enfatiza a importância e a representatividade de Marielle Franco para o povo brasileiro, especialmente para mulheres negras, lésbicas e trabalhadoras, instigando reflexões sobre a erradicação do racismo no país.

Davis critica a lógica colonizadora que apresenta os Estados Unidos como país representante de toda a América devido à sua nomenclatura e histórico de colonização. Aponta que, se seguirmos essa lógica de representação, o Brasil também mereceria esse título, devido ao seu caráter de miscigenação e de diversidade étnica. A autora destaca, ainda, as representantes intelectuais que contribuíram para o pensamento sobre o feminismo negro na região, como Lélia Gonzales, Marielle Franco, Carolina Maria de Jesus, entre outras, além de considerar outras representações da América Latina. Assim, Angela Davis ressalta que:

Quando as mulheres negras se levantam, o mundo se levanta conosco. Essa é uma lição importante sobre a luta pela democracia. Uma democracia que exclui pessoas negras não tem nada de democrática, uma democracia que exclui mulheres negras não tem nada de democrática (Davis, 2023, p. 29).

Davis nos convida a adotar o feminismo negro como uma lente essencial para compreender os caminhos rumo a uma sociedade mais justa. Segundo a autora, ao fazer essa adesão, estaremos

contribuindo para a construção de um sistema mais inclusivo e equitativo. Reconhecemos que este é um processo complexo, porém é crucial considerar que a trajetória desse sistema foi marcada por questões de exclusão, de colonização, de genocídio indígena e de persistência de características similares à era da escravidão. Portanto, a aliança com esses movimentos poderá, conforme destaca, colaborar para promover mudanças significativas no mundo.

Ainda somos alertados pela autora sobre as lideranças políticas de 2019, como as de Donald Trump e Jair Bolsonaro, que, segundo ela, demonstram a intenção de retroceder em relação aos direitos sociais e anular as conquistas relacionadas à justiça social. Isso nos leva a refletir criticamente sobre uma política que enaltece ditaduras militares.

Ao tratar da supervalorização do estado policial, Davis retrata a prisão como sendo mais frequente para pessoas pobres, de comunidades marginalizadas, alvos do racismo estrutural e da violência contra as mulheres. Ela ressalta o crescente contexto de violações dos direitos humanos nos presídios, enfatizando o exemplo histórico dos Estados Unidos, que tinha maior propensão para negar direitos e liberdades a pessoas negras escravizadas. Desse modo, indica que a democracia está fundamentada em concepções liberais, nas quais a exclusão social é um aspecto característico. Em sua crítica social, é de extrema relevância trazer à tona a Constituição dos Estados Unidos para discutir o direito à liberdade, ressaltando o que está implícito: que esses direitos não se aplicam a escravos, a negros, a mulheres e a pobres. Essa reflexão surge ao abordar o conceito básico de democracia como sendo o domínio político da maioria, quando, na realidade, constata-se que são os membros da minoria branca, rica e predominantemente composta de homens que ditam as regras. Antes de concluir sua exposição, Davis nos estimula a questionar a necessidade de o povo brasileiro buscar referências estrangeiras no feminismo negro estadunidense, ao destacar que no Brasil já contamos com um rico legado intelectual, como o deixado por Lélia Gonzalez, que oferece profundas reflexões sobre a temática. Assim ela diz: “Acho que aprendi mais com Lélia Gonzalez do que vocês jamais aprenderão comigo” (Davis, Collins e Federici, 2023, p. 37). A autora destaca isso para enfatizar que Gonzalez já discutia sobre interseccionalidade muito antes do termo existir.

No segundo capítulo, encontramos as perspectivas de Patricia Hill Collins, que começa fazendo reflexões sobre seus próprios escritos em *Pensamento Feminista Negro* (2019), uma de suas publicações mais importantes e também a primeira, analisando a relevância da obra para a atualidade ao considerar sua perspectiva pragmática. Collins reflete sobre a criação da categoria de pessoas negras a partir do contexto do capitalismo global e da noção do conceito de cativo, no qual estão imersas mulheres presas em relacionamentos abusivos, vítimas da escravidão, do encarceramento em massa e da criação dos guetos. A violência é uma das principais ferramentas para manter os sujeitos em cativo, colocando-os em espaços demarcados. A autora disserta sobre a dominação e a violência destinada àqueles que estão na base da hierarquia, como mulheres, especialmente negras, pobres e de sexualidades não tradicionais.

A partir de Ida Wells-Barnett (1862-1931), que denunciou os linchamentos impunes vivenciados por seus amigos em 1890, Collins faz referência à autora para apresentar sua perspectiva. Wells-Barnett supõe uma vinculação entre racismo e sexismo, sugerindo que o linchamento considera tanto o gênero quanto a raça de suas vítimas ao determinar sua execução.

Collins sugere que, numa perspectiva democrática, ao discutirmos a liberdade, não podemos considerar apenas um segmento. Para ela, enquanto houver liberdade para alguns à custa da submissão de outros, a verdadeira democracia não será alcançada. Portanto, ao focarmos apenas na liberdade para pessoas LGBTQ+, por exemplo, e negligenciarmos as pessoas negras, não estaremos construindo o caminho para uma democracia verdadeira.

A pensadora aborda cinco ideias centrais do pensamento feminista negro: política da esperança, interseccionalidade, justiça social, política cultural e políticas formais. Esses conceitos destacam a importância do ativismo para provocar mudanças sociais, reconhecem as interligações entre diversas formas de opressão, visam a minimização das desigualdades e promovem o empoderamento dos sujeitos marginalizados por meio de diversas estratégias.

Para concluir o debate sobre as perspectivas de Collins no seminário, é interessante destacar duas reflexões que ela apresenta. A primeira aborda a democracia como um ideal a ser alcançado, contradizendo as perspectivas de democracia que os Estados Unidos afirmam ter. A segunda diz respeito ao desenvolvimento de ações políticas que funcionem como ferramentas para promover a participação democrática da sociedade. Ter consciência dessas questões pode ser um ponto de partida para incluir sujeitos além das pessoas brancas, cisgênero, heterossexuais, de classe média/alta etc. O último capítulo introduz a contribuição de Silvia Federici, que inicia o debate por meio de uma problematização do atual sistema sociopolítico. Apesar de ser frequentemente caracterizado como democrático, esse sistema tem suas origens profundamente enraizadas na história de colonização, de escravidão, de caça às bruxas² e de guerras mundiais, e essas influências perduram até os dias de hoje. Federici levanta questões sobre como o sistema social tende a gerar e a perpetuar hierarquias, resultando em desigualdades estruturais. Essa análise nos leva a refletir sobre como essa condição pode ser internalizada pela sociedade, levando-nos a aceitar passivamente as injustiças como parte do *status quo*.

Nessa perspectiva, Federici aborda algo semelhante às outras autoras (Collins e Davis), argumentando que, para compreendermos a conjuntura social, devemos adotar a visão dos que sempre estiveram à margem. Isso implica considerar todas as temáticas e formas de exploração, especialmente ao lidar com um sistema fundamentado na hierarquia. Ao adotarmos essa perspectiva, seremos capazes de entender a realidade do sistema, conforme defendido pela autora. Dessa forma, as percepções desses sujeitos sobre o capitalismo estão fundamentadas na experiência da escravidão, da colonização e da conquista.

Quando Federici apresenta a compreensão social por meio da perspectiva dos marginalizados, ela enfatiza as perseguições às mulheres negras, ou o que ela chama de “caça às bruxas”, que ocorreram no Brasil³.

² A “caça às bruxas”, segundo Silvia Federici, foi um fenômeno histórico entre os séculos XV e XVIII que, além de ser uma perseguição moral e religiosa, desempenhou um papel crucial no estabelecimento do capitalismo moderno. Federici argumenta que essas perseguições serviram como um mecanismo de controle social e econômico, visando à submissão das mulheres e à destruição de formas de vida comunitárias (Federici., 2023).

³ Nesse sentido, podemos imaginar que a autora se refere à morte de Marielle Franco, assassinada um ano antes das falas de Federici no Brasil. O crime foi perpetrado por motivações políticas, devido à atuação de Marielle no Rio de Janeiro.

A autora ainda ressalta que as mulheres negras provavelmente estiveram na linha de frente pela garantia dos direitos civis durante os anos 1970, em todo o mundo, destacando a importância dessa luta sob uma perspectiva feminista. Entre os direitos demandados estava o de receber assistência social pelo trabalho de cuidado, que é parte fundamental da organização do sistema capitalista.

Nesse sentido, Federici chama atenção especial para o trabalho doméstico, que a autora retrata como um tipo peculiar de atividade fabril. Ela destaca a importância do movimento feminista apoiar essa causa, considerando que esse tipo de trabalho demanda esforço árduo e, muitas vezes, não é remunerado.

Outro ponto importante diz respeito à criminalização das mulheres negras por buscarem algum suporte social. Muitas vezes, são acusadas de parasitismo, mesmo após várias gerações de escravidão e sendo tratadas como “ralé” por políticos e pela mídia durante os anos 70. Esse é um aspecto que foi negligenciado pelo movimento feminista, mas que requer atenção, como ressalta Federici.

Por último, Federici discute o Movimento pela Justiça Reprodutiva, criticando o controle do corpo da mulher negra. Ela defende que o direito não deve se limitar ao acesso ao aborto, mas também englobar melhorias nas condições de vida para que essas mulheres possam cuidar delas mesmas e de seus filhos. Federici ressalta novamente a “caça às bruxas”, como uma perseguição às mulheres negras grávidas, em resposta à luta anticolonial, visando evitar a rebelião dos sujeitos negros contra o sistema. Isso demonstra como o racismo é implicitamente expresso, culminando na culpa e na punição das mulheres gestantes negras.

Para concluir, é importante destacar que as autoras compartilham diversos pontos em comum, começando pela compreensão da interseccionalidade das formas de opressão. Concordam que, para construir uma democracia verdadeiramente inclusiva, todos os sujeitos pertencentes aos diferentes segmentos interseccionais devem ser libertados. Sem isso, não podemos alcançar uma democracia genuinamente válida. A colaboração das autoras neste livro nos leva a refletir sobre temas que permeiam a realidade daqueles que estão na base das opressões, como mulheres negras, trabalhadoras e lésbicas. Além de trazer para o debate questões como racismo, sexismo, trabalho doméstico e luta por direitos, elas nos engajam na busca por mudanças sociais. A reflexão decorrente da união das autoras neste livro nos faz repensar sobre a democracia vigente, que opera de maneiras diferentes em função de categorias como cor, gênero, classe e sexualidade. A partir do próprio título do livro, *Democracia para quem?*, somos instigados a questionar para quem essa democracia realmente funciona.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela; COLLINS, Patricia Hill; FEDERICI, Silvia. **Democracia para quem?** Ensaio de Resistência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

WELLS-BARNETT, Ida B. **On lynchings.** Courier Corporation, 2014.